



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Denúncia fake contra desembargador pode ter outros envolvidos

Deflagrada ontem, a Operação Êxodo 23:7 tem como foco descobrir quem está por trás da suposta tentativa de criar uma história fake para desacreditar o voto do desembargador Diaulas Ribeiro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), no processo em que se discutia a disputa pelo comando nacional do Pros. A investigação, a cargo dos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), apontou o envolvimento de uma funcionária da liderança do Pros no Senado, Liliane de Sousa Dantas, ex-companheira de Marcus Vinicius Chaves de Holanda, que tinha um embate com o atual presidente, Eurípedes Gomes de Macedo Júnior, pelo comando do partido. Por decisão judicial, promotores e policiais civis fizeram busca e apreensão na casa de Liliane em Águas Claras e na estação de trabalho dela na liderança do Pros no Senado. Os investigadores também estiveram no Prodasen, para ter acesso às comunicações da servidora comissionada por e-mail, internet e redes sociais. A investigação indica que outras pessoas podem estar envolvidas.



Reprodução

Pedido de investigação

A investigação começou a pedido do desembargador Diaulas Ribeiro, do TJDFT, depois que a *Folha de São Paulo* divulgou matérias sobre um suposto tráfico de influência envolvendo a irmã do magistrado, a advogada Raquel Ribeiro. Ela foi acionada pela investigada, Liliane Dantas, para entrar no processo. Mas a investigação aponta que ela não topou. Segundo os investigadores, depois disso, foi montada uma trama para desacreditar a decisão de Diaulas na 8ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do DF sobre a disputa no Pros.

Ana Rayssa/CB/DA Press



Entre os republicanos

O novo secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF, Gustavo Carvalho Amaral, não é uma indicação do deputado federal eleito Gilvan Máximo (Republicanos). Ex-secretário, Gilvan deixou o cargo em abril para disputar a eleição e esperava ser consultado. Entre os aliados do futuro secretário está o deputado federal eleito Fred Linhares (Republicanos-DF), embora a assessoria do governador diga que a escolha foi do próprio Ibaneis.

Presidente da Associação dos Auditores é reeleito

O auditor Ismar Viana foi reeleito presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas (ANTC). Ele é do Tribunal de Contas de Sergipe. A chapa única, encabeçada por ele, obteve 100% dos votos na eleição da diretoria e do conselho fiscal da entidade para o biênio 2023-2024. Os auditores de controle externo associados à ANTC votaram por meio de um sistema eletrônico próprio, pelo site e pelo aplicativo da associação. "Para o próximo mandato, atuaremos para prevenir retrocessos naqueles Tribunais ditos de excelência, assim como atuaremos para fazer cessar práticas abusivas identificadas na composição de cargos públicos em Tribunais ditos disfuncionais", disse o presidente reeleito.



ANTC/Divulgação

Na Câmara Legislativa

Candidata a governadora pelo PSol, Keka Bagno vai para a Câmara Legislativa a partir de janeiro. Ela aceitou convite de Fábio Félix (PSol) para assumir um cargo no gabinete do deputado distrital. Keka vai colaborar com a fiscalização e proposições na área da política de assistência social.

Roberto Rodrigues/OAB-DF



Combate

Por falar em Keka Bagno, ela postou nas redes sociais várias críticas ao deputado Rodrigo Delmasso (Republicanos) e ao governador Ibaneis Rocha (MDB) pela ideia de indicação do parlamentar conservador para a Secretaria de Família e Juventude do DF. Ele rebateu e pegou fogo.

Cotado para o meio ambiente

O deputado Daniel Donizet (PL) está cotado para assumir a Secretaria de Meio Ambiente do DF. Seria uma oportunidade para trabalhar políticas voltadas à bandeira que lhe garantiu 33.573 votos. Donizet foi o quarto distrital mais votado. Terceiro entre os que disputaram a reeleição.

Minervino Junior/CB/DA Press



Facebook/Reprodução



Sardinha dentro

Uma licença de Daniel Donizet (PL) do mandato na Câmara Legislativa, abre espaço para que Reginaldo Sardinha (PL), primeiro suplente do próprio partido, tome posse na próxima legislatura. O distrital foi bem votado. Teve 20.107 votos, mas não levou. O governador Ibaneis Rocha (MDB) quer vê-lo na Câmara Legislativa.

Na fila

Se Daniel Donizet aceitar o convite, faltará apenas mais uma mexida para que Ibaneis Rocha (MDB) atenda um desejo de Michelle Bolsonaro. O irmão da primeira-dama Eduardo Torres (PL), está na fila de suplência do partido do presidente Jair Bolsonaro. Teve 16.990 votos e assume se outro integrante da bancada optar por um cargo no Executivo.



Campanha/Divulgação

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | ANDRÉ CLEMENTE | VICE-PRESIDENTE DO TCDF

O conselheiro do Tribunal de Contas afirmou, ao *CB.Poder*, que infraestrutura, legislação, informática e recursos humanos são os eixos que devem ser reforçados na modernização do órgão, para que esteja mais próximo da sociedade

Mais perto dos cidadãos

» CARLOS SILVA*

O vice-presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), André Clemente, afirmou que pretende auxiliar o presidente da Corte, Márcio Michel, na modernização do órgão. Em entrevista ao jornalista Carlos Alexandre de Souza, na *CB.Poder* — parceria entre *Correio* e TV Brasília —, ele também comentou a relação da instituição com outros Poderes e disse que é possível auxiliar o governo sem abrir mão do controle da fiscalização.

Clemente adiantou que eixos básicos guiam a melhoria de instituições públicas e devem nortear também as mudanças a serem feitas no TCDF. "Temos a infraestrutura, a parte de legislação, informática e, sobretudo, os recursos humanos. A modernização do tribunal de contas significa, justamente, o reforço desses quatro pilares. Isso permitirá que o tribunal chegue facilmente ao cidadão e dê mais agilidade, inclusive, às análises de processos e (tomada de) decisões", destacou.

Nesse sentido, para ele, é necessário o constante aperfeiçoamento

na divulgação de informações à sociedade, atendendo-a de forma apropriada. "A transparência efetiva é aquela que a população consegue ler e entender. Assim, a informação deve ser adequada para o usuário, seja uma empresa, fornecedor, membro do governo, um agente público, ou o próprio cidadão que quer acessar informações", disse.

Relação entre poderes

Para o vice-presidente do TCDF, o relacionamento com Executivo e Legislativo tem sido benéfico. "A experiência dos últimos quatro anos é de uma relação muito positiva entre Poderes, o que deu muita velocidade na aprovação de projetos. O balanço que fazemos, ao olhar para trás, é que houve grande avanço na velocidade e qualidade das entregas feitas à população", ponderou.

Ele também expressou otimismo na relação com os colegas de tribunal. Para o conselheiro, a pluralidade de visões dos membros do órgão está sendo proveitosa e também beneficiará o atendimento das demandas recebidas pela instituição. "Tenho aprendido muito com

Mariana Lins



os demais conselheiros. Essa parte legislativa e política permite que tenhamos sensibilidade para entender o que a população quer no tempo e no espaço", comentou.

Impostos

Clemente observou que, desde 2019, a gestão tributária do DF passa por um "pente fino", em ação

conjunta com a Câmara Legislativa. Ele ressaltou que a iniciativa se deu em razão de prejuízos causados por um aumento nos impostos. "Foi eliminado o peso morto. Há um limite até onde a contribuição pode ser cobrada. Após isso, vira custos, fecha empresas, gera desemprego e atrapalha a atividade econômica", explicou.

De acordo com o vice-presidente,

os ajustes têm surtido efeitos em cascata, em diversas áreas da economia local. "Quando ajustamos os tributos, todos começam a pagar. Há diminuição na sonegação e na informalidade. As empresas também ficam mais fortes, saudáveis, têm lucro e podem investir em si mesmas, contratam gente, geram emprego para pessoas, que circulam o dinheiro, trazendo mais arrecadação", descreveu.

André Clemente também mencionou o ajuste das datas de pagamento de impostos anuais, como IPTU e IPVA, a fim de diminuir o número de pessoas que atrasam esses compromissos. "O Estado tem que entender como a população vive. Colocar vencimento (de contas) já nos primeiros meses do ano gera inadimplência. Isso deve ser acertado ao longo do ano. Assim, alivia a vida das famílias e faz com que a arrecadação planejada, de fato, aconteça", pontuou.

Na opinião do conselheiro, aprimoramentos no controle de contas devem ocorrer devido às constantes mudanças nos cenários onde são aplicadas políticas tributárias, as quais devem ser orientadas por

metas estabelecidas previamente. "Eficiência e eficácia na gestão nunca são demais. A população e o setor produtivo crescem, e a cidade muda a cada dia. Então, sempre há espaço para melhorar. O importante é ter um plano com metas estabelecidas", avaliou.

Reforma tributária

André Clemente comentou, ainda, a reforma tributária planejada pelo governo Lula. O conselheiro do TCDF analisa que a mudança deveria ocorrer nos primeiros anos de governo. Caso contrário, o debate em torno do tema pode não evoluir. "Você tem que garantir que a quantidade de impostos vai ser reduzida, o setor produtivo vai pagar menos tributos e a arrecadação vai aumentar. É isso que não conseguiram conciliar até agora. Se essas premissas não forem observadas, no meu entender, em determinado momento a discussão trava", concluiu.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso